

A EVOLUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA OCIDENTAL: DA HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA AO MATERIALISMO HISTÓRICO.

Marco Antônio de Oliveira Gomes
Doutorando em História e Filosofia da Educação – FE – Unicamp
molgomes@directnet.com.br

RESUMO: Este texto pretende reconstituir de forma sucinta o percurso da historiografia do Ocidente, da Idade Média ao surgimento do Materialismo Histórico no século XIX. O fundamento da abordagem aqui assumida é a própria historicidade do homem, que encontra-se inserido em um processo histórico dentro de uma determinada realidade. Assim, recuperando a trajetória percorrida, o texto aponta para os compromissos de classe e os respectivos projetos sociais envolvidos na produção do conhecimento histórico no decorrer do período abordado.

Palavras-Chave: história – historiografia - projetos sociais – liberalismo – materialismo histórico.

THE EVOLUTION OF OCCIDENTAL HISTORIOGRAPHY: THE HISTORY OF MIDDLE AGES UNTIL THE HISTORICAL MATERIALISM.

ABSTRACT: This text intends to reconstruct in brief way the historiography route of the Occident from the Middle Ages until the appearance of the Historical Materialism in the 19th century. The basis of this approach is the man history that is insert in a historical process inside a determined reality. So, recovering it, the text points out for the class compromise and social projects involved in a production of the historical knowledge in this period.

Key-words: History; historiography; social projects; liberalism; Historical Materialism.

Introdução:

A leitura do texto *História: análise do passado e projeto social* de Josep Fontana reforçou a seguinte questão que me ocorre com frequência: o que pretendemos com o ofício de historiador da educação em nosso país? Ou a nossa produção constitui-se em um instrumento de justificação da ordem presente? Não pretendemos fazer uma análise linear e de causa efeito, mas à luz das reflexões proporcionadas por Fontana e outros autores, fornecer elementos para mostrar a variedade de gêneros históricos e sua relação com as condições materiais em que foram produzidos. No entanto, sabemos que não é fácil condensar a produção historiográfica de séculos em um pequeno espaço. Essa simples constatação, somada aos inúmeros autores que expressaram os valores e interesses antagônicos do período aqui abordado impossibilita a construção de um texto sem lacunas.

Feitas essas considerações iniciais, começemos com uma afirmação óbvia: todas as manifestações do conhecimento histórico implicam necessariamente em um projeto político e social. Vivemos um momento no qual não temos razões para sermos ingênuos: não existe produção “neutra” do conhecimento histórico, assim como toda produção historiográfica não pode ser abstraída do tempo. Assim sendo, todo intelectual define-se em relação às lutas e aos projetos sociais em confronto na sociedade em que vive. As lutas de classe são, ao mesmo tempo, e na mesma medida, a luta de interesses e valores. Assim sendo, a produção do

conhecimento histórico têm a ver com a correlação de forças de cada realidade social, e significa sempre uma imposição sobre os projetos alternativos. Em suma, o conhecimento produzido é socialmente condicionado pelas condições materiais existentes e pelos interesses de classe.

Atualmente, presenciamos a hegemonia da ideologia liberal, que utiliza como justificativa de sua suposta “superioridade” a crise do socialismo. Nesse contexto, muitos autores comprometidos com o discurso oficial decretaram o “fim da história”. A vitória do “capitalismo liberal” representaria o fim das disputas ideológicas, e o retorno da economia de mercado significaria o reconhecimento da “superioridade” do capitalismo. Nesses termos, o desenvolvimento econômico sem os “entraves das questões sociais” é apresentado como o instrumento da modernização social.

Ora, na medida em que ocorre o avanço das novas formas de exploração do capitalismo, verifica-se a expansão no âmbito acadêmico das “novas abordagens” que subtraem a dimensão do conflito na História, homogeneizando as relações sociais, em esforço evidente para omitir a exploração e a dominação no passado, de forma a naturalizar a exploração e a dominação de hoje. Não por acaso, o desencanto com o “progresso” e a crise dos paradigmas da racionalidade gerou posturas que procuraram demonstrar a “impossibilidade” de se conhecer o passado. Conforme os apontamentos de *Ciro Flamarion Cardoso*, os intelectuais envolvidos com a postura acima descrita, retomam uma velha bandeira dos neokantianos:

(...) a noção de que o comportamento humano e seus resultados são essencialmente diferentes dos fenômenos estudados pelas ciências naturais, o que impedira qualquer aproximação metodológica a estas últimas. (CARDOSO, 1997, p. 16).

É evidente que tal perspectiva possui forte influência na interpretação do passado, assim como, apresenta qual o caminho a ser trilhado no futuro. Em lugar de uma perspectiva de totalidade nasce uma produção aparentemente “descomprometida”, que na verdade legitima a ordem estabelecida. Afinal, quando são postas em dúvida e rechaçados os pressupostos da racionalidade, justificamos a idéia que não existem saídas viáveis. Defender a perspectiva pós-moderna é ignorar os fundamentos teóricos e metodológicos sólidos que possibilitem o historiador entender a totalidade do real. Nas palavras de *Fontana* (2004, p.18), é necessário um projeto de construção de “uma história de todos”, que utilize as “armas da razão” para “combater os preconceitos da irracionalidade” que se apresenta no discurso histórico, que serve em última instância, como legitimador da ordem social que se apresenta.

Essas reflexões iniciais apontam para a necessidade do historiador ter a clareza dos pressupostos que norteiam seu trabalho. Afinal, não existe produção “inocente” do conhecimento. Em um texto de dimensões reduzidas como este, não é possível discutirmos com a devida clareza todas as questões ligadas à produção do conhecimento histórico. No entanto, temos como propósito realizar uma breve reflexão sobre as condições históricas sob as quais foram produzidos o conhecimento histórico da Ilustração ao materialismo histórico.

A História na Idade Média.

No contexto histórico da desagregação do Império Romano, pontilhado pelas crises do escravismo e das invasões bárbaras, o Cristianismo triunfante constituiu-se em referência obrigatória para a explicação do mundo. Convertido em religião oficial, o cristianismo passou a assumir um papel importante na estruturação do pensamento medieval. Lembremos que os elementos eclesiásticos acabaram tornando-se praticamente no único segmento letrado da Europa Ocidental. Durante a Alta Idade Média¹, a Igreja converteu-se na guardiã do

patrimônio cultural do Ocidente. Nesses termos, a História não escapou a sua influência. A história de Roma era evocada de maneira estereotipada: massacres, devastações, roubos, incêndios, etc. Tudo passava a servir de exemplo, cujo fracasso se explicava pela ausência da fé: era o castigo de Deus. A diferença entre a historiografia greco-romana e a cristã, pode ser explicada na medida em que a primeira buscava o entendimento dos fatos a partir da própria sociedade, enquanto que o cristianismo buscava uma explicação transcendental, por desígnio divino. Dentro da perspectiva cristã, a história era encarada como um caminho da humanidade para sua realização com Deus. A história humana iniciava-se com a Criação e esta orientada para um fim: Deus. A partir de então, a distribuição das funções na arena social competem a Deus e a seus agentes na terra, o que reafirmava e justificava o papel da Igreja na nova ordem social.

No entanto, é importante ressaltar que a perspectiva cristã não levou ao desaparecimento da razão. O mais expressivo exemplo dessa associação encontramos em São Tomás de Aquino, que coloca a razão a serviço da fé. Como se percebe, a História tornava-se providencialista e a reconstituição dos acontecimentos servia para provar e divulgar a fé. Em outras palavras, a História, assim como outras ciências, subordinava-se à Teologia. Por outro lado, isso não quer dizer que não foram formulados projetos diferentes. Afinal, a existência da Inquisição era a expressão cabal do combate eclesiástico contra os “inimigos da fé”.

Do renascimento à ilustração.

As transformações ocorridas entre os séculos XIV e XV prepararam terreno para o surgimento de uma nova interpretação da história. A crise do feudalismo e a ascensão da burguesia relacionavam-se intimamente com a formação de uma nova consciência política. Segundo Falcon (1997 p. 63), a historiografia humanista e renascentista não trouxe grandes transformações na orientação política da história, mas iniciou um movimento fundamental: a busca dos fatos verdadeiros através da crítica às fontes e a supressão das lendas e fantasias presentes na historiografia cristã.

No entanto, ao lado da tendência erudita, os historiadores oficiais a serviços dos príncipes e monarcas, empenharam-se em produzir trabalhos pouco ou nada exigentes em relação às fontes. É evidente que havia interesses políticos na exploração dos textos da antiguidade, mas inaugurava-se uma interpretação que não recorria à providência divina para explicação do presente. Tal orientação pode ser captada “*nas obras de homens como Coluccio Salutati (1330-1406) ou Poggio Bracciolini (1380-1459), e resulta clara na Laudatio Florentinae Urbis de Leonardo Bruni (1370-1444)*”.(1998 p. 19-20)

Diante da nova configuração social, a regência do Estado não poderia se prender a um caminho previamente traçado pela ética cristã. Nicolau Maquiavel (1469-1527) buscou em sua obra desenvolver uma teoria voltada para a ação eficaz e imediata, desvinculando a política da ética e da religião². Assim sendo, a ação política deveria ser julgada a partir das circunstâncias vividas, tendo em vista os resultados alcançados. Por isso, defendia uma utilização política da História, como instrumento fundamental para a arte racional de governar.

(...) Porque, ainda que os humanistas tenham proclamado sempre a utilidade política da História, não tinham conseguido usá-la sistematicamente, como demonstra o caos político que reinava na Itália desde a crise de 1494. Maquiavel ambicionava uma espécie de corpo doutrinal político, elaborado a partir da História, que se parecesse ao que tinham compilado os comentaristas da lei civil. Nada há nisto que possa reduzir-se a uma concepção cíclica da história, senão que se refere, sobretudo, à necessidade de aprender com o passado para agir com acerto no presente. Na discussão acerca de se o decisivo é a fortuna ou a virtude – um

tema habitual do humanismo -, se inclinará pela opinião de que, por muito que influa o azar, o homem avisado lhe fará frente com mais possibilidade de êxito do que aquele que se abandona a ele. (FONTANA, 1998, p.45).

Dessa forma, não há surpresas que naquele contexto histórico tenha surgido os fundamentos da crítica histórica. O renovado interesse pelos textos da antiguidade foi um dos fatores importantes para o nascimento da arqueologia. Os manuscritos antigos eram estudados e comparados com a finalidade de estabelecer sua veracidade. Tal característica explica-se não só pela importância que se atribuiu à Razão, como também pela necessidade de apurar a veracidade das informações contidas³.

Poderíamos elencar outros autores, mas dentro dos limites deste texto, cabe ressaltar que o período foi marcado pela ascensão da burguesia e, portanto, de uma nova perspectiva que conflitava com os interesses da Igreja⁴. A historiografia francesa do século XVII veria, por exemplo, a materialização do “irracionalismo teológico”, cuja expressão máxima foi Bousset (1627-1704), que negava a possibilidade de uma análise racional da História. Defendia com unhas e dentes a monarquia absoluta e cristã. Em sua obra, a História possuía um sentido, e este consistia na vontade soberana de Deus, em assegurar o triunfo do cristianismo.

Por outro lado, a conquista da América pelos europeus também trouxe transformações na produção historiográfica. Povos com línguas e costumes diferentes, plantas e animais desconhecidos dentro do universo de conhecimento da Europa. A Contra Reforma no horizonte e a “necessidade” de evangelização dos índios obrigaram aos missionários a “*um profundo estudo das culturas que se pretendia destruir*”. Apesar das denúncias contra a escravidão ou extermínio das sociedades indígenas, o que se percebe foi à constituição de uma prática historiográfica comprometida com interesses de dominação do “Novo Mundo”. Os aspectos mais progressistas do pensamento humanista haviam sido deixados de lado pela reação católica.

A Ilustração

Luz, metáfora da razão contra o obscurantismo e a ignorância. O movimento filosófico da **Ilustração**, também conhecido como **Illuminismo** ou **Século das Luzes**, se desenvolveu particularmente na França, Alemanha e Inglaterra no transcorrer do século XVIII, caracterizando-se pela defesa da ciência e da racionalidade crítica, contra o pensamento alicerçado nos dogmas difundidos pela Igreja, além da defesa das liberdades individuais contra os abusos da monarquia absolutista. Nesse sentido, a História constituía-se em um movimento ascendente em direção a um Estado ideal que poderia ser alcançado através das reformas.

Entre os antecedentes do movimento, devemos salientar o processo fortalecimento econômico da burguesia e as transformações ocorridas no mundo da ciência em decorrência do processo de formação do capitalismo. Evidentemente, o “movimento das luzes” não tinha em seu horizonte político os interesses das camadas populares, mas sim a reforma da social através da ação das elites ilustradas. Fontana informa-nos que muitos intelectuais “*acreditavam, equivocadamente, que se achavam às vésperas do ápice da história da ascensão da razão*” (1998, p.52). Neste cenário, a reflexão crítica ao terreno da história foi ampliado do âmbito da discussão da validade das fontes para a reflexão sobre os próprios conteúdos, idéias, valores etc. Porém, os acontecimentos revolucionários na França demonstraram os limites do projeto reformista.

Entre os expoentes que expressaram no âmbito das idéias os valores reformistas do Illuminismo, certamente Voltaire (1694-1778) ocupa um lugar de destaque. Crítico do absolutismo, paradoxalmente defendia uma monarquia centralizada em que o governante seria

assessorado pelos filósofos, ou seja, o “*despotismo esclarecido*”. Dessa forma, a razão era o instrumento da reforma social que libertaria o homem de sua ignorância. Sobre a concepção de História, para a Enciclopédia, vale a pena rever a transcrição de Fontana:

A História é o relato dos fatos que se tem por verdadeiros, ao contrário da fábula, que é o relato dos fatos que se tem por falsos. Há a história das opiniões, que não é muito mais que a compilação dos erros humanos. A história das artes pode ser a mais útil de todas, quando une ao conhecimento da invenção e do progresso das artes a descrição de seus mecanismos. A história natural, impropriamente chamada história, é uma parte essencial da física. Tem-se dividido a história dos acontecimentos em sagrada e profana; a história sagrada é uma seqüência das operações divinas e milagrosas, pelas quais tem agradado a Deus conduzir no passado a nação judia e por à prova no presente a nossa fé. (VOLTAIRE apud Fontana, 1998, p. 65).

Em Voltaire, existe a preocupação com os fatos concretos, como instrumento de compreensão da sociedade em que vive. Admirador de Newton defendia a idéia que a “revolução” experimentada pela física seria possível na História. Seu interesse, antes de tudo, era compreender pela História a sociedade em que vivia. Nesses termos, entendia que o conhecimento era um instrumento de transformação das consciências, e, portanto, um elemento de mudança social. Logo, sua visão de História era alicerçada na evolução do homem pelas mãos da ciência.

Montesquieu (1689-1755) constituiu-se em outro intelectual de importância do período. Sua obra reflete uma conjunção paradoxal entre o decadente feudalismo e a ascensão das forças burguesas. Com traços do determinismo geográfico, “*insistia na importância do clima em relação às formas de organização social*”. A questão do funcionamento dos regimes políticos ocupava um papel de destaque em suas reflexões, questão que ele encarava dentro da ótica liberal. Como membro da aristocracia, não pretendia o retrocesso ao modo de produção feudal, mas sim dotar os regimes monárquicos do período de maior racionalidade, “*condição necessária para o desenvolvimento das novas atividades econômicas*”. Em outras palavras, desejava evitar os conflitos que poderiam minar a estabilidade social⁵.

Na galeria dos autores da Ilustração, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é outro nome lembrado, mesmo sendo difícil enquadrá-lo entre os filósofos iluministas, como lembra Fontana. Em 1742, instalou-se em Paris e vinculou-se ao movimento enciclopedista, especialmente a Diderot, de quem “emprestou” “*duas de suas idéias mais originais*”.

(...) A primeira dessas idéias, a da civilização como origem da corrupção do ser humano é a que melhor integrou-se no desenvolvimento ulterior da sua obra, na medida em que o conduziu a dedicar-se aos problemas relacionados com a educação. Pelo contrário, a condenação da propriedade privada da terra, considerada como causa do aparecimento da desigualdade entre os homens, não só corresponde àquele ‘tom duro e sombrio’ que confessa dever à influência de Diderot, como que poderia muito bem pertencer literalmente a ele. É difícil explicar de outro modo que Rousseau tenha recorrido sistematicamente ao trabalho como legitimação de propriedade, o que é pouco coerente com as imprecisas retóricas contra os que cercaram a primeira terra. Se a propriedade é origem de todos os males não se entende por que não tenha a obra de Rousseau preocupação alguma com os procedimentos que poderiam empregar-se para aboli-la, coisa na qual já haviam pensado outros coetâneos seus. Admitindo os defeitos da sociedade em que vive, Rousseau não oferece para ela remédios sociais, apenas propõe a via da transformação interior do homem pela educação. (FONTANA, 1998, p. 72).

No âmbito da História, suas idéias são confusas. No desenvolvimento da civilização, a metalurgia aparecia antes da agricultura. Na direção oposta de seus pares, não aceitava a idéia que a ciência levasse necessariamente ao progresso. Ao contrário, pois para o pensador de Genebra, o progresso das ciências em nada acrescentou à felicidade dos homens, além de corromper os costumes. Essa concepção não deixava alternativas, a não ser, o retorno do homem a uma sociedade primitiva, o que seria impossível em uma escala global. Dessa forma, a aposta de Rousseau recaía sobre a educação.

O leque das críticas ao Antigo Regime não se restringiu apenas aos aspectos políticos. O chamado mercantilismo, como prática econômica dos Estados absolutistas, foi combatido pelos economistas fisiocratas, dentro de uma perspectiva reformista, que tinha por objetivo, em última instância, a consolidação da ordem capitalista sem os abalos de um processo revolucionário.

(...) Do que se tratava, era de tornar possível o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, à maneira inglesa, no seio da própria sociedade feudal, adaptando-a à medida que fosse necessária – supressão, com indenização daqueles direitos que se mostrassem incompatíveis com a expansão do comércio interior, abolição dos privilégios e monopólios gremiais, etc. -, graças à férrea direção de um poder despótico. (FONTANA, 1998, p. 73).

Entretanto, a síntese do pensamento da Ilustração encontrava-se na “*Enciclopédia*”, que teve grande influência não somente na elite esclarecida, mas também nos pequenos comerciantes e artesãos. A obra tinha o propósito de apresentar ao público um painel dos conhecimentos produzidos, que em última instância, representava um empreendimento de combate aos valores do Antigo Regime⁶.

Capitalismo e história: a escola escocesa.

Paralelo ao movimento iluminista e suas concepções sobre a História, mas com suas especificidades, apesar dos contatos existentes, presenciamos na Grã Bretanha, a construção de uma visão da História orientada para a concepção de progresso. Suas origens remontam ao século XVII, período marcado pela oposição entre a Monarquia e o Parlamento, controlados respectivamente, pela dinastia Stuart, partidária do absolutismo, e a burguesia ascendente e favorável ao liberalismo. Tal antagonismo assumiu também colorações religiosas e estavam presentes nas lutas sectárias entre católicos, anglicanos, presbiterianos e puritanos. Nesse contexto, as lutas tornaram-se mais agudas em função das rivalidades existentes entre os beneficiários dos privilégios e monopólios mercantilistas outorgados pelo Estado e os setores que levantavam a bandeira da liberdade de comércio e produção. Vejamos os apontamentos de Leonel I. A. Mello sobre o tema:

Em 1640, o confronto entre o rei Carlos I e o Parlamento envolveu o país numa sangrenta guerra civil que só terminou em 1649 com a vitória das forças parlamentares. A Revolução Puritana, como foram denominados esses eventos, culminou com a execução de Carlos I e a implantação da república na Inglaterra. Foi após os horrores da guerra civil, da consumação do regicídio e da instauração da férrea ditadura de Cromwell, que Thomas Hobbes, refugiado na França, publicou em 1651 o *Leviatã*. O livro era uma apologia ao Estado todo poderoso que, monopolizando a força concentrada da comunidade, torna-se fiador da vida, da paz e da segurança dos súditos.

O Protetorado de Cromwell, apoiado no exército e na burguesia puritana, transformou a Inglaterra numa grande potência naval e comercial. Em 1660 a morte do Lorde Protetor envolveu o país numa crise política cuja solução, para

evitar uma nova guerra civil, foi a restauração da monarquia e o retorno dos Stuart ao trono inglês.

Durante a restauração (1660-88) reativou-se o conflito entre a Coroa e o Parlamento, que se opunha à política católica e pró-francesa dos Stuart. Em 1680, no reinado de Carlos II, o Parlamento cindiu-se em dois partidos, os Tories e os Whigs, representando, respectivamente, os conservadores e os liberais.

A crise da restauração chegou ao auge no reinado de Jaime II, soberano católico e absolutista. Os abusos reais levaram à união dos Tories e Whigs que, aliando-se a Guilherme de Orange, chefe de Estado da Holanda e genro de Jaime II, organizaram uma conspiração contra o monarca ‘papista’.

Em 1688, Guilherme de Orange aportou no país à frente de um exército e, após a deposição de Jaime II, recebeu a coroa do Parlamento. A Revolução Gloriosa assinalou o triunfo do liberalismo político sobre o absolutismo e, com a aprovação do Bill of Rights em 1689, assegurou a supremacia legal do Parlamento sobre a realeza e instituiu na Inglaterra uma monarquia limitada “. (MELLO, 1999, p. 82)”.

As conquistas burguesas exigiram do rei a convocação regular do Parlamento, sem o qual ele não pode fazer leis ou revogá-las, cobrar impostos ou manter o exército. Dessa forma, o processo revolucionário foi responsável por colocar definitivamente os britânicos nos trilhos do desenvolvimento capitalista. Assim sendo, era necessária a legitimação da nova ordem, o que não ocorre sem conflitos. Ressalte-se ainda, que até mesmo no interior das camadas dominantes não havia uma proposta de consenso, isto é, aristocracia feudal e burguesia, assim como outras camadas sociais apontaram para caminhos diferentes em função dos seus interesses de classe. Segundo Fontana (1998, p. 80), as propostas variavam desde aqueles que pretendiam evitar os abusos do capitalismo, como os camponeses, artesãos e pequenos proprietários, até aqueles que tinham claro que a batalha se dava entre a propriedade e a comunidade. No entanto, quando a burguesia e aristocracia perceberam que as formulações mais radicais colocavam em perigo seus interesses, ainda que pudessem divergir em alguns aspectos, caminharam juntas para consolidar a ordem conservadora e manter suas respectivas propriedades.

A partir da tendência de secularização do pensamento político, os intelectuais do período estão preocupados em justificar racionalmente e legitimar o poder do Estado sem recorrer à intervenção divina ou qualquer outra explicação de caráter religioso.

A nova sociedade necessitava de um modelo explicativo que, por um lado, se expressasse em termos de governo representativo nascido da revolução de 1688 e, por outro lado, que associasse o interesse com a consciência, tornando possível estabelecer a base de ‘confiança’ – de ‘trust’ -, sem a qual seria impossível o funcionamento do mundo dos negócios. (FONTANA, 2004, p. 149).

John Locke (1632-1704), foi profundamente marcado pelas comoções sociais desse período. Juntamente com Thomas Hobbes e Rousseau, foi um dos principais representantes do *justaturalismo* ou teoria dos direitos naturais. Tal qual Hobbes, afirmava que a origem do Estado estava em um contrato, ou seja, os homens isolados no estado de natureza se uniram perante um contrato para constituir a sociedade civil⁷. Em seu discurso contratualista, Locke um dos pais do liberalismo, defendia um modelo de Estado cujo objetivo central era a conservação dos “direitos naturais” inalienáveis e intocáveis. O principal deles era o direito à propriedade privada. No entanto, na defesa de sua propriedade, o Homem podia recorrer ao Estado. E, no caso, da omissão do Estado, estava justificado o direito de insurreição. Ao sustentar a idéia do “contrato social”, que corresponderia à passagem do estado de natureza para as sociedades organizadas, Locke justificava a monarquia limitada e, ao mesmo tempo, dissimulava suas origens com um discurso de caráter universal. Frise-se aí o elitismo presente

na raiz do pensamento liberal, já que a igualdade defendida é de natureza abstrata e puramente formal: não há igualdade real, quando só os proprietários têm plenos direitos.

Nesse sentido, David Hume (1711-1776) foi um autor que cumpriu o papel que correspondia aos interesses hegemônicos da nova sociedade. Fontana (2004 p. 151) afirma que sua obra perfila-se no quadro dos autores que “*fizeram da visão do progresso uma historiografia de conciliação com a Grã-Bretanha*”, que identificava na ordem social presente como uma evolução de desenvolvimento político, se confrontada com o passado, caracterizado como atrasado. Logo, o desenvolvimento econômico constitui-se no “motor” da história, e a legitimidade do governo não estava nas formas de contrato social, mas apenas na utilidade que o governo pudesse ter no presente.

Outros autores fizeram contribuições e colaboraram para a difusão do pensamento da “escola escocesa”, mas Adam Smith (1723-1790) constituiu-se na figura mais importante dessa corrente. Em *A riqueza das nações*, a defesa da propriedade surgiu como fundamento da ordem civil. Propôs uma concepção de que enxergava no curso da História uma evolução de caráter econômico: da barbárie ao capitalismo. Para Smith, o mercado, aparentemente caótico, era, na verdade organizado e produzia as espécies e quantidades de bens que eram mais desejados pelos indivíduos. Um mercado livre produziria bens na quantidade e no preço que a sociedade esperava. Isto aconteceria porque o indivíduo em sociedade, na busca por lucros, iria responder às exigências do mercado. Em outras palavras, “*a mão invisível do mercado*” conduziria ao progresso.

Uma visão economicista como a de Smith elimina deliberadamente toda referência às transformações políticas, que aparecem como consequência do processo do desenvolvimento econômico. [...]

Tudo começa com a época em que os homens eram caçadores e coletores, ‘como as tribos nativas do Norte da América’, e viviam de maneira igualitária, sem distinções de nascimento ou de fortuna, sem soberanos nem comunidade propriamente dita. A segunda etapa inicia-se quando os homens transformam-se em pastores, como os árabes e os tártaros. Nessa época começa a desigualdade das fortunas e, para preservá-las, introduz-se autoridade e subordinação’. Os ricos necessitam do governo civil para defender os seus bens, e os menos ricos associam-se a eles para que os ajudem a conservar os seus.’ O governo civil, na medida em que é instituído para a defesa dos ricos contra os pobres ou dos que têm alguma propriedade contra os que não têm nenhuma’. Eis aqui como, apenas transitando da barbárie à civilização, nos defrontamos como esta é identificada com a concepção whig da sociedade.

Da fase pastoril passamos à agrícola e o modelo faz-se então mais complexo. Há uma ordem lógica do desenvolvimento que deve iniciar-se com as relações camponêsidade, com o intercâmbio de produtos agrícolas por manufaturas. Numa etapa ulterior desse processo de crescimento pode-se passar já ao comércio internacional. Essa é ‘a ordem natural das coisas’, tal como deve ter acontecido ‘em cada sociedade e em cada país’. (FONTANA, 1998, p. 91).

Percebe-se em Smith o discurso legitimador da ordem. O capitalismo, com a mínima intervenção do Estado era considerado possível e desejável porque o equilíbrio poderia ser alcançado pela “lei da oferta e da procura”. E se a expansão do capitalismo não atendeu no momento em que escrevia todas as nações do mundo, bastaria esperar pelo futuro para que o fortalecimento do mercado se encarregasse de distribuir a riqueza entre todos. Em outras palavras, suas propostas sugeriam a obediência cega ao mercado, instância natural e reguladora da produção por excelência.

Edmund Burke (1729-1797), opôs-se violentamente à Revolução Francesa. Como membro atuante do Parlamento esteve presente nos principais debates da Inglaterra da

segunda metade do século XVIII, onde a ordem capitalista se tornara hegemônica em um processo de acomodação progressiva do novo na velha ordem aristocrática. Sua grande preocupação estava nos acontecimentos da Revolução Francesa, cujo processo colocava em risco a propriedade privada da terra, o que poderia despertar nos camponeses ingleses demandas radicais, conforme salienta Fontana (1998, p.95). Em oposição ao processo revolucionário francês, Burke exalta as virtudes da Constituição inglesa, ressaltando sua fé na hierarquia social e na propriedade. Segundo Burke, o Universo foi criado e ordenado por Deus. Os homens como parte da natureza estão submetidos aos mandamentos divinos. O respeito à ordem era um imperativo. Dessa forma, a Revolução era um ato contrário à ordem natural criada por Deus, que era hierárquica, assim como a sociedade dividida em classes sociais.

Não é por acaso, como ressalta Fontana (1998), que suas reflexões sobre a Revolução Francesa deram-lhe prestígio que foi resgatado no decorrer da Guerra Fria na cruzada anti-bolchevique. Nesse sentido, juntamente com seus pares da escola escocesa, ajudou a desqualificar todas as propostas alternativas de sociedade, visão que permaneceu nos discursos hegemônicos contemporâneos, que afirmava a existência de regras “naturais” na economia que atuava independente da vontade política dos homens. Com tal discurso, defendiam a submissão às regras econômicas como condição para o processo civilizador.

O pensamento histórico da Revolução Francesa.

Parece não haver dúvidas que o pensamento ilustrado consistia em um programa de reformas da decadente ordem aristocrática. O grande problema era que as reformas propostas não satisfaziam os setores aristocráticos, ciosos de seus privilégios. Nesse sentido, a Revolução era o caminho para a transformação social, porém o processo revelou-se perigoso para os interesses burgueses. Afinal, se a Revolução destruiu muitos privilégios da nobreza, por outro lado, despertou muitos oprimidos, o que ressalte-se, era um perigo para os interesses dominantes. Mesmo assim, muitos se colocaram nas fileiras da Revolução, o que diferia claramente das concepções da escola escocesa. Dessa forma, para muitos intelectuais do período, a ação política tornou o caminho viável para as mudanças, o que os levava a descobrirem os conceitos de classes sociais e de lutas de classes.

Segundo avaliação de Fontana (2004, p. 172), o mais inovador dos pensadores que iniciaram a nova concepção, que postulava o uso da força como caminho para desbloqueio da evolução social foi Antoine Barnave (1761-1793). Acreditava, como os escoceses, que o grau de desenvolvimento da economia corresponderia a formas de propriedade e instituições correspondentes. No entanto, a classe que controla o setor economicamente dominante detinha a hegemonia política e se esforçava por mantê-la colocando obstáculos aos processos de mudança que colocassem em risco seus interesses.

Do momento – diz – em que as artes e o comércio conseguem penetrar no povo e criam um novo meio de riqueza em proveito da classe laboriosa, prepara-se uma revolução nas leis políticas; uma nova distribuição de riqueza prepara uma nova distribuição do poder. Assim como a posse da terra elevou a aristocracia, a propriedade industrial eleva o poder do povo; adquire a liberdade, propaga-se e começa a influenciar na coisa pública. (BARNAVE apud Fontana, 2004, p. 172).

Ressalte-se que para Barnave, a Revolução não implicava em uma transformação violenta, mas poderia-se realizar através da ação pacífica. No entanto, Barnave não foi o único que teve consciência do caráter de classe do processo revolucionário. P. Roederer (1754-1835) também demonstrou que o enriquecimento da burguesia lhe conferiu poder suficiente para reivindicar um novo papel na sociedade.

Todavia, encontramos também autores que expressaram projetos alternativos que não encontraram ressonância na arena político social.

Na base desses projetos alternativos estava a idéia de apoiar-se nas massas camponesas para construir uma sociedade igualitária ou que, pelo menos, preservasse, na medida do possível, as formas de trabalho e de apropriação em comum. (FONTANA, 1998, p. 100).

Nesse sentido, alguns autores partiram da análise realizada por Mably e Rousseau, que acreditavam num passado marcado pela igualdade, sendo o surgimento da propriedade o responsável pela desigualdade. No entanto, pensaram que era perfeitamente viável subsistir em condições parecidas às daquele mundo preconizado, ao contrário do que supunham Mably e Rousseau. Morelly (1700-1755) foi um dos pioneiros nessa proposta e acrescentava que tais medidas eram necessárias para a reforma. Em outras palavras, sustentava o fim da propriedade, salvo os artigos de uso pessoal e, ainda, que todo cidadão deveria ser sustentado por conta do público, ao mesmo tempo em que contribuísse com seu trabalho para a coletividade. Tais concepções alicerçava-se na realidade social das comunidades agrárias de meados do século XVIII, que se caracterizava por um sistema econômico fundado no jogo das obrigações comunitárias, na exploração coletiva da terra e na limitação da propriedade (1998 p. 102).

No entanto, a maioria dos revolucionários, comprometidos com a burguesia, escolherá as vias do desenvolvimento econômico capitalista. Entre as figuras que expressaram a tendência conservadora burguesa, destacamos Condorcet (1743-1794) e Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy (1754-1836). O primeiro entendia a História como uma ciência que previa os progressos humanos, além de dirigi-los e acelerá-los. Em outras palavras, o desenvolvimento da ciência geraria o progresso da História. Cabe ao homem submeter-se à sua lógica, o que implicava em reconhecer a íntima relação entre propriedade e civilização. Já Trace, defendia a ciência com uma função pedagógica, cujo objetivo era criar condições sociais harmoniosas para o desenvolvimento comum. Naturalmente que tal cientificismo “neutro”, antecipava elementos do positivismo de Comte, além de procurar escamotear os interesses da burguesia, que não pretendia a radicalização do processo revolucionário.

A restauração reforçou a preocupação de conter o ímpeto das idéias revolucionárias nas camadas populares rurais e urbanas⁸. A burguesia empenhava-se em estabilizar as conquistas obtidas durante o processo revolucionário, mas não admitia o radicalismo das massas. Naturalmente, tal embate teria reflexos na produção historiográfica do período. Na medida que os autores divergiam e, que não possuíam os mesmos projetos sociais, a burguesia esqueceu aqueles considerados incômodos e apoiou-se nos teóricos conservadores com objetivo de combater o surgimento dos grupos revolucionários radicais e a monarquia restaurada, que não satisfazia seus interesses.

Augustom Thierry (1795-1856) escrevendo em 1817, explicitou sua preocupação na defesa das “*idéias constitucionais*”. Preocupado em combater a história que legitimava o Antigo Regime, combateu a produção que se ocupava apenas dos reis e da aristocracia. Entendia que faltava a História do Terceiro Estado, sua formação e progresso. Em sua obra, defendeu a revolução burguesa, liberal e censitária, usando em grande medida, testemunhos recolhidos oralmente dos protagonistas do processo e de cujas preocupações compartilhava. Dentro de uma perspectiva semelhante de combate ao absolutismo e de defesa do liberalismo, François Guizot (1787-1874), que se autodefinia como “*burguês e protestante*”. Tal qual Thierry, Guizot buscou na História da revolução inglesa, o arsenal de combate contra a “*monarquia que não respeitava os limites da sua própria carta outorgada*” (1998, p. 111). Embora tivesse assinalado os conflitos sociais presentes na revolução inglesa e comparado com o processo revolucionário na França, não compreendeu as mudanças ocorridas no âmbito

da economia e sua relação com as atitudes das classes. Além do absolutismo, Guizot também combateu a revolução, cujo espírito entendia ser fatal aos homens, pois entendia ser necessária a conservação dos estados. Talvez fosse oportuno dizer, que o espírito revolucionário combatido por Guizot era o radicalismo fatal para a burguesia. Como homens da burguesia, participaram do processo revolucionário de 1830, que representava o projeto de monarquia constitucional de 1814, derrotado pelos ultra, e não uma ruptura revolucionária.

Continuadores da tradição burguesa, esses homens seria protagonistas da revolução de 1830, que ‘foi considerada pelos historiadores com a sua vitória [...] Guizot e Thiers tomaram parte nas articulações, conclusões e negociações que escamotearam o triunfo em favor do duque de Orléans; Guizot foi um dos autores da carta revisada’. Não é casual o destino político que o aguardava: Guizot será o campeão do conservadorismo durante o reinado de Luís Felipe; Thiers (1797-1877), por sua parte, esmagará a Comuna e restabelecerá a ordem burguesa sobre os cadáveres dos revolucionários. São os continuadores da revolução, em seu pensamento histórico, como em sua obra política – Tudesq dirá de Guizot que ‘enquanto que, como historiador, pôs acento sobre uma certa luta de classes, para explicar a ascensão da burguesia, por outro lado, como político, negou-se a ver essa luta de classes poderia prosseguir’ -, porém continuadores daquela revolução que executou Babeuf e freiou qualquer intento de radicalização que pudesse pôr em perigo as conquistas e a dominação da burguesia. (FONTANA, 1998, p. 111).

Como se percebe, homens como Thierry e Guizot, expressava no plano da produção intelectual o combate ideológico da burguesia pela conquista da sua hegemonia política. Nesse sentido, não haveria combate se não houvesse aqueles que se colocaram em uma perspectiva diferente dos interesses gerais da burguesia, ou mesmo, se não houvesse divergências no interior das classes dominantes. Projetos alternativos foram apresentados por Jacques Roux e Babeuf, que denunciaram a especulação, a propriedade privada da terra, além de outras mazelas da ordem econômica constituída, porém, não foram os únicos. Surgiram paralelamente os representantes do chamado “socialismo utópico”, como Saint Simon (1760-1825), Fourier (1772-1837), Augusto Blanqui (1805-1881), que dentro de uma perspectiva marxista, não possuíam projetos de caráter transformador, sendo no fundo uma doutrina burguesa com um misto de paternalismo e cooperação, que desconsiderava capacidade de ação política da própria classe trabalhadora.

História e contra-revolução: 1814-1917.

Como deixamos claro anteriormente, a Revolução despertou inúmeras interpretações, fruto dos interesses de classe envolvidas nas lutas pela hegemonia política. A História serviu de testemunha das classes em conflito, o que ilustrava o quadro de tensão das lutas políticas. Nesse sentido, o exorcismo do ímpeto revolucionário foi uma tarefa encampada por muitos historiadores preocupados em justificar a nova ordem.

A idéia de nação representaria o elemento catalisador da nova ordem, que não poderia se sustentar na concepção das monarquias de direito divino. Por nação, entendia-se a coletividade de homens que compartilhavam a mesma língua, a mesma história e costumes, expressada em uma bandeira, e encarnada na pessoa do monarca constitucional.

As justificativas da idéia de nação foram buscadas na Idade Média. Nesse momento, seriam editados os romances históricos, os contos e lendas populares que evocava um passado comum aos membros da comunidade. Na difusão e assimilação do discurso nacionalista, que correspondia aos valores e ideais da nova sociedade, destaca-se a educação, cujo papel era minimizar os conflitos sociais, valorizando o sentimento de pertencimento a uma nação, que

apesar das diferenças, era harmoniosa. Apesar das estratégias diferentes que surgiram no interior da burguesia, todas tiveram como finalidade a preservação da ordem. Na Grã-Bretanha da primeira metade do século XIX, destacam-se as figuras de Malthus, Ricardo e Stuart Mill que defendiam as “*verdades eternas*” da economia.

Na avaliação de Fontana, o grande historiador do período foi Thomas Babbington Macaulay (1800-1859), cuja interpretação da História impregnou-se da herança de autores da “escola escocesa”, marcada por uma visão de progresso, onde o passado transforma-se em um instrumento de justificação do presente. Sua obra *História da Inglaterra*, publicada entre 1848 e 1861, registrou o processo revolucionário de 1648 e do reinado de Guilherme III. Conforme Fontana, o propósito do livro era demonstrar que o acordo realizado entre a Coroa e o Parlamento, em 1688, evitou os riscos do radicalismo e ao mesmo tempo tornou possível a construção da estabilidade política, condição para o progresso (1998 p. 120).

Com o fim da ameaça revolucionária na Inglaterra, no período posterior, desapareceu para as elites a necessidade de manter vivo o combate ideológico. Fontana explique que:

Entre Macaulay e lord Acton (1832-1902), o otimismo whig evaporou-se e não ficou mais do que vazio – a ausência de idéias orientada para negar a validade a qualquer idéia perturbadora -, que será característico da historiografia acadêmica britânica do século XX. Na sua carta aos colaboradores da Cambridge Modern History, Acton exige: ‘Nosso esquema requer que nada revele o país, a religião ou o partido a que pertencem os escritores. Isso é essencial, não só sobre a base de que a imparcialidade é característica da historiografia legítima, como também o trabalho realizado por homens que se reuniram com o único objetivo de aumentar o conhecimento exato’. A falácia da acadêmica imparcialidade foi proclamada solenemente. O passado está aí, nos documentos, esperando que os historiadores recolham os fatos, os lapidem – dando-lhes forma narrativa – e os sirvam ao público. A estes homens nem sequer se lhe ocorre pensar que a sua concepção da sociedade condiciona a sua prática de historiadores, desde a escolha dos ‘fatos relevantes’, até a forma de apresentá-los, encadeando-os de modo que conduzam ‘espontaneamente’ à ordem social presente, legitimada assim pela ‘história’. (FONTANA, 1998, p. 121).

Na verdade, a suposta imparcialidade ou neutralidade transforma-se em instrumentos negadores da utopia, e apresentava como única e indiscutível alternativa a manutenção da ordem, uma vez, que não havia saída viável.

Dentro do contexto histórico do século XIX, marcado pelo crescente antagonismo gerado pelo processo de industrialização, o romantismo constituiu-se em um movimento de ruptura com o pensamento ilustrado. Para Fontana, a primeira tentativa romântica de contrapor-se à análise da Ilustração foi Chateaubriand (1768-1848), com *O gênio do Cristianismo*, que propunha “*a aproximação ao cristianismo pelo caminho da poesia e da beleza*”. No âmbito da História, Chateaubriand teceu elogios a Bossuet, mas não encampou seu providencialismo. No entanto, o grande representante no campo da História foi Jules Michelet (1798-1874), que segundo Fontana:

(...) soube reunir a vontade de ruptura com o pensamento ilustrado a algumas propostas políticas de um certo populismo progressista, que haviam de ajudar a conduzir as forças sociais mobilizadas pela revolução pelo caminho de um nacionalismo burguês. (FONTANA, 1998, p. 123).

O risco das lutas sociais ultrapassarem a ordem burguesa, provocado pela revolução de 1830, levou-o a apresentar uma visão do “*ser nacional francês*”, cuja existência remonta à origem dos tempos. Naturalmente, tal perspectiva elimina a visão de classes sociais com

interesses antagônicos. Desnecessário questionar a que interesses Michelet servia com sua visão mistificadora da realidade. Outro herdeiro do romantismo apresentado por Fontana foi Numa Fustel de Coulanges (1830-1889). Levantava a bandeira de uma história patriótica e conservadora dentro do estilo do historicismo prussiano. A sua obra *A cidade antiga*, explica a sociedade a partir da religião, cujo objetivo era a defesa da propriedade como algo eterno, o que implicava em anunciar a inexistência do comunismo em algum lugar da história.

Dentro da perspectiva de manutenção da ordem, o Positivismo de Auguste Comte (1798-1857) recomendava a pacífica aplicação dos métodos científicos e do conhecimento⁹. Sua visão da evolução da História o aproximava de Condorcet, da qual extraiu referências para explicar “*a marcha progressiva do espírito humano*”, como algo independente que era suficiente para compreender as mudanças. O *estado teológico*, o *estado metafísico ou abstrato* e o *estado científico* constituíram-se nos três estados de desenvolvimento intelectual da humanidade.

A produção de Comte e a postura científicista, segundo a qual a ciência era considerada o único conhecimento possível e o método das ciências da natureza o único válido, devendo ser estendido a todos os campos da indagação e atividades humanas, não pode ser separado do contexto da Revolução Industrial em que o advento da máquina trouxe transformações profundas. Diante dos projetos que não atendiam a demanda burguesa, Comte defendia a manutenção da ordem e recomendava que “*mulheres e proletários não devem se converter em doutores*”. Assim, no caso do historiador, seu trabalho deve se pautar por reconhecer leis constantes e necessárias, portanto invariáveis que regem a sociedade e aplicá-las à investigação. A História é então uma construção evidenciada pelo objeto que está contido nas fontes (mediador), analisadas com extrema dose de rigor, reflexo fiel do passado, extirpado de todo o fator subjetivo. Em outras palavras, a História é uma seqüência congelada de estados definitivos.

Na Alemanha a reação aos avanços revolucionários, deve ser compreendida dentro das peculiaridades de uma sociedade diferenciada.

(...) A Alemanha não só era um mosaico de Estados, quanto ao político, como também apresentava traços sociais muito diferenciados, que iam desde os das regiões do Oeste, onde predominava uma agricultura de pequenas propriedades familiares, que pagavam direitos e rendas aos senhores, até o Leste prussiano, de grandes latifúndios senhoriais cultivados por camponeses submetidos à servidão. (...)

A ameaça revolucionária ensinou aos políticos prussianos que ‘vale mais ceder algo voluntariamente, que ver-se forçado a sacrificar tudo’, e a derrota de Napoleão significou o início efetivo das reformas. Estas conduziram à abolição do feudalismo, por obra de homens como Stein ou como Hardenberg, que, no Memorial de Riga, (1807), propunha lucidamente a necessidade de ‘assimilar essa revolução, no bom sentido da palavra’ e ‘introduzir os princípios democráticos num Estado monárquico’. Só que, uma vez derrotado Napoleão, a reação dos Junkers prussianos brecou as reformas projetadas e desvirtuou as que estavam em curso – dificultando, por exemplo, o acesso dos camponeses a terra, com o que, a sua libertação tornava-se ilusória. E o fracasso da revolução de 1848, que não conseguiu tampouco encarnar as aspirações camponesas, deu lugar a que a Alemanha do Oeste continuasse movendo-se pelos caminhos da reforma agrária liberal, enquanto que no Leste, os senhores prussianos fundavam o capitalismo agrário sobre os seus velhos domínios feudais e conseguiam, inclusive, que se lhes devolvessem direitos, como o de manter a sua própria polícia rural, que conservariam até o final do século XIX. Num cenário tão complexo, iria desenvolver-se a industrialização alemã. (FONTANA, 1998, p. 126-127).

Como a ameaça revolucionária ficava cada vez mais evidente, as elites compreenderão a necessidade de promover a coesão social com o mínimo de reformas possíveis. No âmbito da produção acadêmica, coube ao historicismo a função de difusão de uma perspectiva nacionalista e negadora dos conflitos sociais. Como exemplo, Fontana cita Savigny, Hugo e Wichhorn, cujas propostas combatem o jusnaturalismo e as teorias da Ilustração, ao mesmo tempo que defendiam “*a peculiaridade individual de cada povo (o que lhes permite escamotear o fato elementar de que as leis não são feitas pelo ‘povo’, mas sim pelas classes dominantes)*”, em um claro objetivo contra-revolucionário.

Nesse sentido, Ranke (1795-1886) constituiu-se em um intelectual que ofereceu seus serviços às elites prussianas, uma vez que procurava em seu ofício de historiador dissociar o estudo da História das paixões do presente. A respeito do tema, Schaff tece as seguintes considerações:

Ranke formulou a sua tese-programa nos anos trinta do século passado. Tinha tido um notável predecessor na pessoa de Humboldt, teve notáveis epígonos tais como Fustel de Coulanges, Acton e outros. Mas se não foi muito original, continua a ser o representante radical do positivismo na história. Em que premissas se fundamenta esta orientação?

Pressupõe em primeiro lugar que nenhuma interdependência existe entre o sujeito que conhece, ou seja, o historiador e o objeto do conhecimento, ou seja, a história como *res getae*. Este pressuposto é possível apenas na condição de admitir que a história, como *res gestae*, existe não só objetivamente no sentido ontológico, mas igualmente sob uma forma determinada e completa, como estrutura definida dos fatores acessíveis ao conhecimento.

Pressupõe-se em seguida uma relação cognitiva conforme o modelo mecanicista, quer dizer que se aceita a interpretação passiva, contemplativa, da teoria do reflexo. Pressupõe-se em fim que o historiador, na qualidade de sujeito que conhece, é capaz de imparcialidade não só no sentido corrente, quer dizer capaz de superar diversas emoções, fobias ou predileções quando tem de apresentar acontecimentos históricos, mas também ultrapassar e rejeitar todo o condicionamento social da sua percepção destes acontecimentos.

Concebendo nos termos expostos a finalidade da ciência da história e baseando-nos neste repertório de pressupostos, construímos uma concepção da história no espírito de positivismo clássico: basta juntar um número suficiente de fatos bem documentados, dos quais nasce espontaneamente a ciência da história. A reflexão teórica, em particular, filosófica, é inútil e até prejudicial, porque introduz na ciência positiva um elemento de especulação. (SCHAFF, 1995, p. 102-103).

Na verdade, Ranke recomenda uma História burocrática e sem a presença incômoda dos conflitos sociais. Como observa Fontana, sua finalidade é desqualificar os movimentos revolucionários e sustentar que a História deve servir de caminho para a construção de uma “*política sã e certa*”. Ainda segundo a perspectiva de Ranke, as mudanças que ocorrem na História tem Deus como origem, ao contrário da idéia de progresso presente nos autores ilustrados. Afinal, para Ranke “*na ordem divina das coisas*”, encontram-se antes de tudo os “*indivíduos importantes*”, sendo que nenhum é maior que o rei. Nada mais claro que uma afirmação deste tipo. Nesse sentido, cabe ao Estado educar seus súditos dentro de um espírito de identidade nacional, que não utilizará categorias como lutas de classes, modos de subsistência, ou progresso. Em outras palavras, a História deve preparar o súdito para a obediência. Os sucessores de Ranke prosseguiram na obra de “sacralização” do Estado, identificando com a unidade do povo unido pela lei.

O desdobramento da perspectiva anunciada pelo historicismo se situa na escola de Marburg, cujo teórico mais representativo foi Heinrich Rickert (1863-1936), cujo

pressuposto teórico defende uma realidade empírica múltipla e inabarcável na sua totalidade. Diante da impossibilidade do conhecimento da totalidade, a História se converte numa construção mental erigida pelo homem.

O materialismo histórico e a crítica do capitalismo.

As revoluções burguesas do século XVIII e da primeira metade do século XIX, particularmente as da Europa, libertaram as forças produtivas e consolidaram o capitalismo como modo de produção, sedimentando as bases para os grandes saltos da história da humanidade, fato salientado por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*. Para os autores, a burguesia exerceu na história um “papel eminentemente revolucionário”, conquistando o poder e destruindo as relações aristocráticas do passado feudal. O processo de consolidação do capitalismo trouxe consigo uma força inigualável, completamente nova, no sentido do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, reforçando e ampliando os antagonismos sociais: de um lado, avanço técnico, o aumento do controle do homem sobre a natureza, o progresso; de outro, e contraditoriamente, a miséria dos trabalhadores, cada vez mais empobrecidos e com salários cada vez mais reduzidos.

Naquelas circunstâncias, a fase revolucionária da burguesia, com a qual acabou com a velha ordem aristocrática, chegava definitivamente ao fim. Não era mais de seu interesse avançar as lutas sociais para além da lógica de acumulação do capital. A liberdade defendida pela burguesia restringia-se as relações de comércio, a igualdade era uma abstração jurídica e a suposta fraternidade não passava de um mero moralismo.

A revolução de 1830 levava em seu seio muitas esperanças que acabou frustrando por completo. Com o seu fim, não se tinha conseguido na França grande coisa além de mudar de dinastia, retocar a ‘carta’ e assegurar o poder à burguesia. Na Inglaterra, o conjunto de agitações que tiveram lugar nos anos de 1830-1832, durante a chamada ‘crise da reforma’, não só obedeceram ao mal-estar camponês, que desembocou na grande revolta do Sul, com também a motivações políticas. Porém as revoltas foram esmagadas e a agitação não deixou atrás de si mais que a reforma parlamentar, de 1832, que não satisfazia às demandas populares. Na Alemanha, as moderadas conquistas liberais alcançadas em alguns estados desvaneceram-se muito rapidamente e os cárceres encheram-se com as vítimas da repressão. Na Itália, a revolução de 1831 foi sangrentamente liquidada pela Áustria, deixando latente as aspirações nacionalistas revolucionárias. (FONTANA, 1998, p. 137).

Nesse contexto, ficava cada vez mais difícil esconder as mazelas da ordem burguesa e a felicidade prometida não se concretizava. Tal qual na Inglaterra, a Alemanha vivencia o agravamento das questões sociais nos anos quarenta. A fome e as dificuldades vividas pelo operariado contribuía para sua radicalização política. É o momento em que os setores de vanguarda do proletariado buscaram a expressão política de seus interesses de classe, em oposição ao pensamento liberal burguês, o que significava um risco para a estabilidade da ordem burguesa. Não é casual a lei britânica dos pobres, de 1834, que endurecerá o tratamento dado aos “desocupados”. Na prática, procurava-se garantir a submissão dos trabalhadores.

A postura dos intelectuais diante do quadro foi diversificada, em função de suas respectivas opções de classe. Houve aqueles que propuseram reformas assistencialistas, cujo efeito não alterava a situação desesperadora dos trabalhadores. Robert Owen (1771-1858) postula a idéia que o trabalho é criador de riqueza, mas que não é usufruída pelo operário, pois lhe é extorquida. Tenta por em prática suas concepções organizando colônias

cooperativas, das quais surgiria o exemplo de um “novo mundo”. De qualquer forma, as soluções que preconiza não vão além de uma tendência fortemente filantrópica.

O acúmulo de experiências das lutas operárias e o fracasso social do capitalismo contribuíram para o surgimento de propostas mais radicais. É justamente nesse momento histórico que Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) iniciam a produção do conjunto da obra, que foi marcada pelo compromisso político de emancipação dos trabalhadores, assim como por todas as inquietações políticas do período¹⁰. Fontana esclarece que:

O materialismo histórico de Marx e Engels nasce precisamente nesses anos e nessa encruzilhada histórica, do impulso para continuar a linha mais progressista da Revolução Francesa, atraída em 1830; da radicalização do pensamento ilustrado, preservado na filosofia de Hegel, diante da reação historicista – com base para a construção de uma nação alemã muito distinta à que estava se forjando em torno da monarquia prussiana –; da crítica às formas de exploração introduzidas pelo capitalismo e potenciadas pela industrialização.

Marx (1818-1883) trará uma série de elementos que se encontram já na esquerda hegeliana, devido a forte influência que recebeu da crítica da religião de Bauer – que foi o inspirador da sua tese de doutoramento –, do humanismo radical de Feuerbach, que situa o homem no lugar que Hegel havia reservado para o espírito, e de Moses Hess, que foi o primeiro a propor que se ligasse a revolução filosófica alemã com a revolução política propugnada pelo socialismo francês. (FONTANA, 1998, p. 141).

Companheiro de Marx, Engels, filho de um fabricante de tecidos, trouxe seu conhecimento dos males sociais causados pela industrialização. “*Dele procedem os elementos fundacionais dessa crítica da economia política*” que Marx desenvolveu na produção de sua obra que é de natureza fundamentalmente política e compromissada com o movimento operário.

É uma constante na obra marxiana o interesse em compreender as relações entre economia, às classes sociais e a política, assim como desvendar o processo de transformação do real. Nesse sentido, o método materialista dialético constituiu-se no fio condutor do conjunto da obra de Marx, que considera a história da humanidade um incessante movimento de criação, destruição e recriação¹¹. A matéria é a fonte da consciência, e esta é um dado secundário, derivado, pois é reflexo da matéria, ao contrário do pensamento de Hegel, que entendia que a própria razão é o real, e a idéia não é uma criação subjetiva do sujeito, mas a própria realidade objetiva, donde tudo procede. Nesse sentido, é preciso salientar que os fenômenos materiais são processos, e o espírito não é consequência passiva da ação da matéria, mas reage sobre aquilo que o determina.

Conhecemos quais foram as etapas da elaboração do materialismo histórico. O próprio Marx relatou que, em 1842-1843, quando era jovem hegeliano de esquerda que escrevia na Gazeta Renana, coube-lhe ocupar-se, numa série de quatro artigos, do problema dos roubos de lenha, que haviam se convertido num delito muito freqüente. Assustados com o aumento desses roubos, os membros da dieta renana decidiram-se convertê-los em ‘roubo qualificado’, o que implicava penas de uma dureza desproporcional. Para um homem educado nos princípios hegelianos, segundo os quais a função do Estado era a de garantir o direito, a comprovação de que esse Estado e as leis que publicava estavam ao serviço de alguns interesses particulares – da defesa da propriedade privada, nascida da usurpação dos bens comunais dos camponeses – teria que resultar profundamente perturbadora:

‘Minhas investigações deram este resultado, que as relações jurídicas assim como as formas de Estado, não podem explicar-se nem por si mesmas nem pela pretendida evolução geral do espírito humano, mas sim que se originam nas

condições materiais de existência, que Hegel, seguindo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de sociedade civil, e que a anatomia da sociedade civil tem-se que buscá-la na economia política’.

Não pensava ainda ‘estender essa comprovação ao conjunto das leis’, porém, no verão de 1843, pouco depois de que desaparecesse a Gazeta Renana, empreendeu uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, da qual só se publicaria a introdução nos Anuários Franco-alemães. (FONTANA, 1998, p. 143).

Paralelo ao caminho trilhado por Marx, Engels partia de pressupostos diferentes, mas chegava a conclusões próximas, denunciando “*o sistema de fábrica e a escravidão moderna*” no trabalho que efetuará sobre *A situação da classe operária na Inglaterra*, datado de 1845, o que estimulou Marx estudava a economia. A primeira obra de Marx e Engels em conjunto foi *A Sagrada Família*, que expressava a definição da posição de ambos em relação à filosofia alemã. Ainda segundo os apontamentos de Fontana, Engels assinala o nascimento da concepção materialista da História em 1845, que aparece pela primeira vez de forma sistematizada em *Teses sobre Feuerbach*, de Marx. Porém, é fundamentalmente na *Ideologia Alemã*, que aparece de maneira clara a formulação do materialismo histórico e da sua concepção de história. Em oposição ao pensamento de Hegel e Feuerbach, *A ideologia alemã* postula que as leis do pensamento correspondem às bases materiais da sociedade. Dessa forma, Marx explica a história da humanidade através das suas estruturas materiais de produção. Logo, sendo, a história não é o desenvolvimento das idéias, mas o das forças produtivas e pela natureza das relações que os homens estabelecem entre si no processo produtivo.

Se o fundamental era transformar o mundo, era lógico que esse método de investigação do passado se pusesse a serviço de um programa de ação destinado a mudar o presente. Por isso, a primeira vez que Marx e Engels deram ao público uma exposição relativamente completa da forma que viam o desenvolvimento histórico da humanidade foi no Manifesto do Partido Comunista, em 1848, onde tal exposição tem a missão de constituir a base sobre a qual possam assentar-se uma análise do presente e um projeto para o futuro. Daí que o texto comece propriamente, depois de um breve exórdio, com a afirmação de que ‘a história de todas as sociedades existentes até o presente é a história da luta de “classes”, e conclui-se com um chamado à revolução: “Proletários de todos os países, unidos!”. Estes dois pontos representam duas chaves seguras para reconhecer a função que Marx e Engels assinalavam à História – ao tipo de História que queriam. (FONTANA, 1998, p. 146)”.

Como se vê, existe um projeto para o futuro, como em outras correntes analisadas. No entanto, esse projeto não mascara suas pretensões e afirma claramente seu comprometimento de classe ao falar do ponto de vista dos trabalhadores. Nesse sentido, as categorias “luta de classes” e “revolução” não surgiram de forma abstrata e idealista, mas emergiu através de uma rigorosa análise do tecido social dentro do processo histórico. Assim sendo, o capitalismo e a propriedade privada não são, como afirmavam os intelectuais que expressavam os interesses da burguesia, as únicas formas possíveis de sociedade e propriedade, mas apenas o modo como eles se apresentam. Como intelectuais alinhados nas fileiras das lutas operárias, procuraram com sua produção pavimentar teoricamente o caminho da revolução denunciando a situação de exploração dos trabalhadores.

A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (...) As velhas indústrias nacionais foram aniquiladas e continuam a sê-lo dia-a-dia. São suplantadas por

novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que já não utilizavam matérias-primas nacionais, mas sim oriundas das regiões mais afastadas, e cujos produtos se consomem simultaneamente tanto no próprio país como em todos os continentes. Em lugar das velhas necessidades, atendidas pelos produtos do próprio país, surgem necessidades novas, que exigem, para a sua satisfação, produtos dos países mais longínquos e de climas os mais diversos. Em lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento local e nacional, surgem um intercâmbio generalizado e uma generalizada dependência entre as nações (...)

Como o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os baixos preços das suas mercadorias são a artilharia pesada que derruba todas as muralhas chinesas e com que obriga à capitulação os bárbaros mais obstinadamente hostis aos estrangeiros. Compele todas as nações, sob pena de ruína total, a adotarem o modo de produção burguês; compele-as a se apropriarem da chamada civilização – isto é, a se tornarem burguesas. (...)

Cada vez mais a burguesia suprime a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população, centralizou os meios de produção e concentrou em poucas mãos a propriedade. (MARX, 1998, p. 9-10).

Explicita-se, assim, o confinamento do operário à fábrica, privando-o a posse do produto. No entanto não é apenas o produto que deixa de lhe pertencer. Afinal:

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre da corporação patriarcal na grande fábrica industrial capitalista. Massas de operários, reunidos na fábrica, são organizadas como exércitos. São colocados sob vigilância de uma hierarquia completa de sargentos e oficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês: dia-a-dia, hora a hora, são servos da máquina, do contramestre e, sobretudo, de cada um dos burgueses industriais. E esse despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso e mais exasperador quando mais abertamente proclama o lucro como sua finalidade exclusiva. (MARX, 1998, p. 9-10).

Nesse sentido, o trabalhador deixa o centro de si mesmo. Não escolhe o salário – embora isso apareça de forma ficcional no discurso hegemônico liberal -, não escolhe horários e muito menos a forma de trabalho e passa a ser comandado por outro, que lhe é estranho. Ocorre então o que Marx chama de fetichismo da mercadoria.

No entanto, como o próprio Marx ressaltava, a descoberta sobre a existência das classes sociais e os conflitos existentes em função dos interesses antagônicos foi obra de intelectuais comprometidos ideologicamente com a burguesia¹². Nos embates travados pelo movimento operário, a social-democracia alemã abdicou de uma categoria essencial do pensamento marxista: a revolução¹³. Dessa forma, comprometeu o projeto social de futuro do marxismo, que marca o desvirtuamento dessa concepção. Trata-se, se assim podemos o dizer, de um “marxismo asséptico” e sem o compromisso de transformação contidas na produção de Marx e Engels, que esperavam a transição do capitalismo para o socialismo através de uma revolução proletária, e não como obra espontânea do desenvolvimento industrial capitalista. “Assim sendo, o que antes de tudo conta é a modificação das relações de produção: a abolição de toda forma de exploração” (1998 p. 151).

Dentro de uma perspectiva marxista da História, tal qual em todas as visões abordadas pelo autor, o passado explica o presente, mas não o legitima. Ao contrário, propõe uma transformação revolucionária de uma sociedade marcada pela miséria de muitos e a opulência de poucos. Nesses termos, a superação da barbárie e do processo de coisificação do homem só será possível quando ocorrer a superação material das relações geradoras das desigualdades.

A visão do futuro de Marx e Engels aceita uma parte da promessa smithiana, trocando os termos em que está formulada. As forças produtivas que o capitalismo mobilizou, potencializadas pela ciência, podem assegurar a prosperidade para todos, sob a condição de abolir o marco social capitalista. A fé ingênua no progresso tecnológico se encontra já no Esboço de crítica da economia política do jovem Engels, e não parece ter sido abandonada mais tarde. Vivendo num mundo que ainda não tinha experimentado as conseqüências da expansão do capitalismo em escala mundial, não advinham que esta não irá reproduzir espontaneamente o esquema industrial britânico em cada país – como parece estar sucedendo, no seu tempo, na França e na Alemanha -, mas sim que pode ter efeitos depredadores sobre outras partes do mundo.(...)

Essa supervalorização do processo industrializador capitalista obedece a duas razões. A primeira delas, e a mais elementar, é que não chegaram a ver os traços mais negativos da sua expansão – a destruição dos recursos naturais, a dependência, etc. – e que vivem num mundo onde ainda é possível manter a fé nas possibilidades ilimitadas do progresso tecnológico – com o que compartilhavam plenamente as correntes anarquistas -, porque este não havia mostrado ainda as suas limitações. Porém, há uma segunda razão, sobre a qual convém refletir, a partir da perspectiva delineada nestas páginas. Marx e Engels receberam os conhecimentos históricos que lhes proporcionaram a ciência do seu tempo, enriqueceram-nos em alguns aspectos e, sobretudo, reinterpretaram-nos genialmente. Porém não podiam suprir o que não existia. (FONTANA, 1998, p. 151-153).

Na verdade, a leitura de Marx me parece atual e necessária para quem deseja um projeto social diferente. As categorias analíticas forjadas pelo pensamento marxiano continuam válidas tanto para compreensão do movimento da história quanto para desvelar o desenvolvimento da ordem burguesa. Nesse sentido, é um instrumento efetivo para o encaminhamento da resolução das desigualdades sociais e econômicas. Assim sendo, é necessário perguntarmo-nos até que ponto nossa produção arranca-nos do conformismo? Que pressupostos norteiam o nosso projeto de construção do conhecimento?

Não nos alongaremos na discussão das questões levantadas, mas as fizemos com o objetivo de alertar para a postura “ingênua” (existiria ingenuidade na produção do conhecimento?) a respeito da História. Nesse sentido, não há como prever o que acontecerá no futuro. Não enxergamos a História como um processo linear e contínuo rumo a felicidade futura, assim como não é um jogo de cartas marcadas, mas é o resultado dos confrontos e da correlação de forças, sempre provisória, das classes sociais. Daí a necessidade de conhecer a História como forma de descobrir os projetos alternativos que foram silenciados, para orientar um projeto popular futuro.

REFERÊNCIAS:

- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FALCON, Francisco. “História e poder” in: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru; Edusc, 1998.
- JAPIASSÚ, Hilton e Marcondes, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MARX, Karl e Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez Editora, 1998.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal in: WEFFORT, Francisco (Org.) *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1999.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WEFFORT, Francisco (Org.) *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1999.

¹ Na período denominado Alta Idade Média, o esquema hegemônico para pensar a História possui sua matriz na *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho.

² Nos últimos anos do século XV, a instabilidade política tornou-se marca registrada da península itálica. Os conflitos internos somaram-se as invasões estrangeiras. É nesse ambiente conturbado que ocorre a formação de Maquiavel.

³ Dessa prática, surgiu a denúncia da chamada “Doação de Constantino”, documento de doação da autoridade sobre Roma e toda a parte Ocidental do Império, do Imperador ao Papa Silvestre e a seus sucessores.

⁴ Não devemos nos esquecer do papel da Inquisição no combate aos “hereges”.

⁵ No entanto, como lembra Fontana, ao lado das propostas de defesa da ordem burguesa, é possível percebê-lo defendendo a justiça senhorial. Ainda dentro desse universo paradoxal de idéias, condena a escravidão, mas aceita a dos negros, que sustenta com argumentos capitalistas: o açúcar produzido por mão-de-obra livre seria muito caro.

⁶ Segundo o Dicionário Básico de Filosofia: “A obra coletiva da *Enciclopédia* é composta de vinte volumes, o primeiro publicado em 1751. O título do mesmo já nos dá a entender que se trata de um saber total, de um saber finito e circular, mas abrangendo todos os saberes particulares dispersos numa espécie de *universitas scientiarum* (totalidade dos saberes). (1999, p. 81)

⁷ Para Hobbes, o poder soberano deve ser absoluto, isto é, ilimitado. O legado do poder dos indivíduos ao soberano deve ser total, caso contrário, a liberdade levará novamente à guerra. É o medo e o desejo de paz que levaram os homens a fundarem um estado social.

⁸ Ressalte-se que na França, a **restauração** trouxera de volta os Bourbon: Luis XVIII (1814-1824) e Carlos X (1824-1830). Se o primeiro governo foi caracterizado pela manutenção de muitas das conquistas da era revolucionária, visando obter o apoio da burguesia, a ascensão de Carlos X reviveu o absolutismo, com o favorecimento da nobreza, culminando com a repressão política. Os conflitos de rua em Paris, motivados pela grave crise econômica, levaram culminaram com a fuga do Rei. Temerosa com a radicalização popular, a burguesia apoiou a ascensão de Luis Felipe.

⁹ Segundo o *Dicionário básico de filosofia* (1999, p.217), o Positivismo significa: “Sistema filosófico formulado por Auguste Comte, tendo como núcleo sua teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte, as ciências se ordenaram hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade. A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas”.

¹⁰ Segundo Weffort, (1999, p.231-232) “O século XIX, em especial a sua primeira metade, cheirava a revolução. (...) Como o século XX para muitos países da Ásia, da América Latina e da África, o século XIX foi, na Europa, um século de revoluções. Algumas destas revoluções (ou tentativas de revoluções, em certos casos) se prolongam até as primeiras décadas do século XX. O caso mais notável é o da Revolução Russa”.

¹¹ “Bem compreendido, o materialismo do materialismo dialético não é como seu ancestral tradicional, reducionista. Não reduz as idéias à matéria, afirmando a sua identidade final. Sustenta, dialeticamente, que o material e o ideal são diferentes, na realidade opostos, mas existem dentro de uma unidade na qual o material é básico ou primordial”. (BOTTOMORE, 2001, p. 259)

¹² Segundo Weffort, (1999, p.231-232) “O século XIX, em especial a sua primeira metade, cheirava a revolução. (...) Como o século XX para muitos países da Ásia, da América Latina e da África, o século XIX foi, na Europa, um século de revoluções. Algumas destas revoluções (ou tentativas de revoluções, em certos casos) se prolongam até as primeiras décadas do século XX. O caso mais notável é o da Revolução Russa”.

¹³ Na Alemanha predominou a ideologia do Partido Social-Democrata Alemão, inspirador da social-democracia. Os principais teóricos dessa tendência são Eduard Bernstein (1850-1932) e Karl Kautsky (1854-1938). Os social-democratas recusaram a via revolucionária para a implantação do socialismo, e buscam mecanismos legais democrático-parlamentares que levem, nunca lenta evolução orgânica, à superação do capitalismo.